

DENÚNCIA

Terceirização na Deso continua e se aprofunda de forma indiscriminada

A Telequipe, empresa terceirizada que atua na área de atendimento aos clientes da Deso por *call center*, agora, via concorrência pública, também está assumindo as diversas lojas de atendimento aos clientes da Companhia, tanto na Capital quanto no interior do estado. Vários fatos extremamente preocupantes nos chamam a atenção:

Primeiro, o que acontecerá com as companheiras e companheiros funcionários administrativos da Deso que desenvolviam este tipo de serviços diariamente? Ficaram obsoletos, inservíveis e invisíveis para a Companhia? Para onde irão? Caberá a quem fiscalizar os serviços destes trabalhadores terceirizados? Nunca é demais lembrar que o atendimento ao cliente é um serviço de extrema relevância dentro da Deso, pois é onde se dará o primeiro contato entre a nossa clientela e a empresa.

Alegar falta de contingente efetivo para terceirizar esses serviços administrativos já não convence ninguém há bastante tempo, já que o último concurso da Deso, uma conquista após ação direta do Sindisan, contempla essa área. Por que não chamar os concursados, já que o concurso foi prorrogado, também fruto de uma luta do sindicato, até o ano que vem?

O grande problema é que estão convocando concursados para outras áreas, com critérios que muitas vezes fogem à razão. Vamos, em breve, aprofundar essa questão para cobrar da Deso explicações sobre quais critérios a Companhia está se valendo para ocupar setores que, visivelmente, não requerem o quantitativo de concursados que está sendo contratado. Tem algo estranho no ar!



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Eleição de Representante do Conselho de Administração da Cohidro

A Comissão Eleitoral, responsável pela eleição para Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Cohidro, faz saber que a eleição ocorrerá no dia 30 de outubro de 2017. A votação será realizada por meio de mesas coletoras que serão instaladas na sede da Cohidro, no horário de 08h00 às 12h00, e por coleta de votos em urna itinerante, que percorrerá as cidades de Canindé do São Francisco, Itabaiana, Lagarto e Tobias Barreto, em horário a ser definido pela Comissão.

Aracaju, 24 de outubro de 2017.

A Comissão Eleitoral

REFLEXÃO

O oportunismo que macula as relações de trabalho

Embara alguns considerem o oportunismo como uma vantagem do ser humano para sobressair-se sobre os demais, unicamente para alcançar objetivos pessoais previamente traçados, em meio aos trabalhadores, a pecha de oportunista soa como algo deplorável, sinônimo de mal caráter mesmo.

O trabalhador oportunista é aquele tipo capaz de fazer qualquer coisa para alcançar os seus objetivos, às vezes, até escusos. Uma vez empoderado no cargo que tanto almejava, começa a nutrir-se da lógica patronal, julgando-se um alto representante da Companhia. Daí começam os autoritarismos e as perseguições contra os que antes eram os seus companheiros de batente.

Trabalhadores que assim agem são de uma tremenda falta de conhecimento como de fato as coisas funcionam dentro

da hierarquia de uma empresa. Hoje, ele e o seu “utilitarismo de capataz” são úteis para quem lhe indicou para o cargo, mas amanhã, como a história sempre nos mostra, ele pode cair do cargo e, fatalmente, voltará para o batente e se transformará em alguém desprezível, que simplesmente já contribuiu com a sua cota de submissão e covardia, num ambiente que podemos classificar como promíscuo pelos tipos de relacionamentos que se estabelecem.

Então, aconselhamos aos desavisados que anseiam enveredar-se por esses caminhos tortuosos a não caírem nesse jogo sujo, que só prejudica as relações entre companheiros de empresa. Pensamos que a hombridade, a honradez, a retidão, o bom caráter e, mais que qualquer coisa, o espírito de solidariedade e igualdade devem sempre prevalecer entre os trabalhadores.

REALIDADE

Violência urbana afeta saúde mental do trabalhador, diz pesquisadora



Entre 2011 e 2015, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a violência no País matou mais pessoas que a Guerra da Síria no mesmo período. Qualquer pessoa está sujeita à violência urbana, que também permeia o mundo do trabalho sob diversas formas e motivada por diferentes fatores.

De acordo com a psicóloga da Fundacentro, Daniela Sanches Tavares, um exemplo é quando ocorre a privação de direitos sociais básicos do cidadão, expondo o trabalhador que presta serviços em condições precárias a agressões e conflitos.

“Essa é uma faceta da violência pou-

co discutida. É importante lembrar que entre o cidadão insatisfeito e o Estado existe um agente público vulnerável a uma agressão, como é caso de um pai que não consegue matricular o filho na escola ou receber atendimento médico”, explica Daniela.

Ela lembra que o adoecimento não se dá apenas pela ocorrência de um evento violento, mas pelo convívio diário com situações de conflito e de risco iminente, como é o caso também do trabalhador que transporta valores.

A especialista chama a atenção para a deficiência no diagnóstico da causa do adoecimento nos casos de violência, bem como para o alto índice de subnotificação das ocorrências, o que dificulta a discussão de políticas públicas para prevenção e tratamento.

“Muitas vezes, as organizações se voltam mais para o episódio, para o prejuízo patrimonial, identificação de culpados, negligenciando a situação do trabalhador que sofreu a agressão”, complementa a psicóloga. **(Revista Cipa)**

SÃO CRISTÓVÃO

Trabalhadores continuam sem reajuste salarial

Os trabalhadores do SAAE de São Cristóvão continuam na penúria. Acreditem se quiser, se nada mudar até maio de 2018, os companheiros vão completar oito anos sem reajuste salarial. Sequer a reposição da inflação do período, que a Constituição garante aos servidores, o SAAE está pagando.

E verificando um site da Prefeitura de São Cristóvão, encontra-se o quadro de trabalhadores do SAAE, onde tem servidor que nesse período não recebeu nenhum incremento em seu contracheque, chegando alguns até mesmo a serem prejudicados, com cortes.

É bom lembrar aos gestores do SAAE que, em 2010, o valor da cesta básica era de R\$ 173,56. Em maio de 2017, o valor da cesta básica já era de R\$ 370,00. Enquanto isso, os trabalhadores amargam o mesmo salário nesse período. Contra fatos e números não há argumentos. É só perda atrás de perda.

No mês de maio, o Sindisan encaminhou a pauta de reivindicações dos trabalhadores do SAAE para análise e discussão, mas até o momento, não se teve qualquer atenção dos diretores da Autarquia em dar retorno ao sindicato.

Posteriormente, também encaminhamos um ofício cobrando resposta. Como também não houve retorno, diretores do Sindisan foram à sede do SAAE, em São Cristóvão. O diretor ficou de marcar uma reunião para tratar da pauta, mas até o momento, nada foi feito.

Os trabalhadores não tem mais como aguentar essa situação e tanta enrolação das gestões que entram e saem, sem resolver o problema. Até quando?



AUDIÊNCIA PÚBLICA

ALESE debate privatização da CHESF



▲ Várias representações de Sergipe e de fora do estado participaram da audiência pública

Trabalhadores do setor elétrico, militantes sindicais e de movimentos sociais, vereadores e gestores sergipanos prestigiaram o Seminário "O Modelo de Reorganização do Setor Elétrico e a Defesa da CHESF como Entidade Pública". Realizada no Plenário da ALESE, dia 20. O Sindisan esteve presente com a sua direção.

Para deputada estadual Ana Lúcia(PT), que promoveu a audiência em parceria com o deputado federal João Daniel (PT/SE), a privatização gera profundos prejuízos para o cidadão comum, pois para a iniciativa privada, o objetivo maior é o lucro, e não o bem-estar da população. Ela também destacou a relação entre a privatização da energia elétrica e a entrega do setor hidráulico para a iniciativa privada.

"Ao se privatizar o setor elétrico, que depende do setor hidráulico, o governo está privatizando também a nossa água, bem essencial à vida. Estes dois setores não podem ser dissociados e, portanto, precisamos despertar na população a necessidade de mostrarmos ao Governo Federal, aos deputados federais e aos senadores que o setor elétrico não

pode ser privatizado", alertou a parlamentar.

João Paulo Aguiar, funcionário aposentado da CHESF e representante do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico, reafirmou que a luta não deve ser apenas para defender a CHESF ou o São Francisco.

"Esta é uma luta mais ampla. É para defender o patrimônio do Brasil. Do jeito que a coisa está, eles vão vender tudo, e por um preço irrisório, passando para o grande capital, aqueles que costumam chamar de traficantes de energia", avalia.

Ele criticou veementemente o modelo privatista do governo golpista Temer, que prejudicará profundamente a população em detrimento ao fortalecimento do capital estrangeiro.

"A política deste Governo é pior que aquela de Estado mínimo da década de 90; a política agora é de nenhum Estado. O pacote de privatizados, mais do que a venda de empresas, representa o fim da soberania nacional", completou Fabíola Antezana, representante da Secretaria de Energia da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU).

Centrais chamam Greve Geral para 10 de novembro

O movimento sindical está se organizando para realizar, no dia 10 de novembro, um dia nacional de mobilização em Defesa dos Direitos Trabalhistas, da Soberania e da Democracia. A organização está sendo realizada pelas centrais sindicais, dentre elas a CUT. É importante lembrar que no dia 11 de novembro entrará em vigor a malfadada reforma trabalhista promovida pelo governo golpista de Temer, o maior ataque aos direitos dos trabalhadores da História.

AFNU, a CNU e seus sindicatos filiados estarão participando de todas as mobilizações neste dia 10 de novembro. Pois, será um momento especial para denunciar também o processo de ataque por qual passam os trabalhadores dos setores de energia e saneamento no país.

No setor de Saneamento a FNU, a CNU e seus sindicatos filiados têm realizado uma grande luta nos estados, para barrar o projeto de privatização das empresas de saneamento, que está sendo imposto aos governos estaduais pela união, como moeda de troca para que haja uma renegociação das suas dívidas. Essa manobra privatista foi proposta pelo governo ilegítimo de Temer e está sendo confrontada pelas entidades sindicais com forte mobilização.

AFNU, a CNU e seus sindicatos filiados reafirmam seu compromisso de luta neste dia 10 de novembro, e convocam cada trabalhador e trabalhadora para as atividades de luta em seus estados. Vamos dizer não à privatização e contra a retirada de direitos!

opinião | Os 100 anos da Revolução Russa

Há 100 anos, com uma grande crise do sistema capitalista, o cenário era o da I Guerra Mundial. Na Rússia, o Czar retirava direitos dos trabalhadores; no campo, os camponeses viviam com se fosse na Idade Média, empobrecidos. Nas fábricas, os operários se manifestavam com greves, reivindicando melhores salários e condições de trabalho, mas eram fortemente reprimidos.

Sob orientação do Partido Revolucionário do Proletariado (Partido Bolchevique), os operários e camponeses, unidos, tomaram o poder, derrubando o Czar e o seu governo sanguinário, estabelecendo um Estado Socialista, onde os meios de produção passaram a pertencer ao Estado.

Foi uma tentativa de construir uma sociedade justa e igualitária, sem explorados nem exploradores. Quando a imprensa burguesa coloca que Rússia, China, Cuba e outros são países "comunistas", trata-se de uma grande mentira, pois nenhum desses países conseguiu implantar um Estado Comunista. Foram tentativas de Estado Socialista, que é uma transição para a sociedade Comunista.

A Revolução Russa contribuiu para a mudança no cenário geopolítico mundial, melhorou muito as condições de vida do operariado e campesinato russos. Do outro lado, surgiu, na Europa, o chamado Estado do Bem-Estar Social, numa espécie de competição com o Estado Socialista Russo.

No Brasil, foram várias as greves operárias que forçaram o governo de Getúlio Vargas a implantar a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT.

E hoje, com a atual crise do sistema capitalista, as condições objetivas de uma revolução mundial do proletariado estão dadas.

Nenhuma direito a menos. Viva os trabalhadores de todo o mundo que produzem toda a riqueza da humanidade!

Vamos à luta!

.....
Texto de autoria de Sérgio Passos, ex-presidente do Sindisan e, atualmente, Secretário Geral do sindicato.

ALERTA GERAL

Privatizar usinas é privatizar a água

Analistas militares são unânimes em apontar o acesso a recursos hídricos (água potável) como a provável razão de uma terceira guerra mundial. Todos sobreviveremos sem água. O Brasil, além dos milhares de rios, lagos, riachos e lagoas, está sobre o Aquífero Guarani, o maior depósito de água doce do mundo. Ao privatizar a Eletrobrás, responsável por 30% da energia do país,

O governo golpista de Temer não está privatizando somente as usinas hidrelétricas da empresa. Está privatizando a água! E para investidores estrangeiros, provavelmente chineses, que já divulgam interesse em comprar a Eletrobrás. A China tem o maior exército do mundo. Sua tecnologia militar rivaliza com a dos EUA. Mas eles não precisarão de armas. Já serão donos dos nossos rios e reservatórios. O controle estatal da Eletrobrás é uma forma da sociedade garantir o controle sobre os recursos hídricos que pertencem a todos nós. Não é só pela geração de energia, é pela vida!

RECURSO ESTRATÉGICO

Enquanto nos EUA, China e Canadá a geração e transmissão de energia elétrica são vistas como áreas estratégicas (eventualmente protegidas até por forças militares), por estarem vinculadas à soberania nacional, por aqui estão sendo rifadas. Em 2016, a empresa estatal chinesa State Grid, que já é uma das empresas "privadas" do Brasil, tentou comprar 50,4% da estatal australiana Ausgrid, o que foi rachada pelo governo local por razões estratégicas. Os maiores países do mundo em território consideram as usinas hidrelétricas como estratégicas, muito além de sua função de gerar energia. Todos estão errados e só o Brasil está certo?

AMEAÇA AOS RIOS BRASILEIROS

Todo cidadão brasileiro sofrerá com o aumento nas contas de luz, principalmente para as cidades abastecidas pelas águas do Rio São Francisco, que poderão não ter mais acesso a essa água (consumo/plantio), além da falta de desenvolvimento social, esportivo, cultural e econômico para região.

ENGENHARIA NACIONAL

A Eletrobrás é fundamental para desenvolver e operacionalizar todas as obras de engenharia de porte global, tais



▲ Usina de Tucuruí (PA) e suas águas: uma das que estão na mira de governos estrangeiros

como Itaipu, Tucuruí e Belo Monte. Ao privatizar a Companhia, os investidores estrangeiros trarão de fora as soluções tecnológicas, acabando com empregos e impedindo o país de desenvolver tecnologia própria. Além disso, a matriz energética brasileira está geograficamente integrada e a aquisição isolada das usinas e outros

empreendimentos desintegrará todo o sistema, provocando ineficiência na prestação de serviços. Resultado: o serviço irá piorar, vamos importar tecnologia cara e dividir o país! Quem vai pagar a conta? O povo brasileiro!

(Com informações do Sinergia-SE)

PRIVATIZAÇÃO

Alguns estados desistem. E Sergipe?

O programa de privatização de companhias estaduais de saneamento, um dos mais alardeados pelo governo federal em 2016, perdeu força com a proximidade das eleições estaduais em 2018. De 18 Estados inicialmente interessados, apenas sete tiveram estudos de viabilidade iniciados e são apontados como projetos que podem virar editais no próximo ano.

O número pode cair mais: empresas contratadas pelo BNDES para estruturar os estudos reclamam de entraves políticos, principalmente pela proximidade das eleições.

"Alguns governadores tomaram consciência das dificuldades corporativas, e acabaram imprimindo um ritmo mais lento ao processo", afirma Rafael Vanzella, sócio do Machado Meyer, responsável pelo estudo de viabilidade em Sergipe, que está atrasado.

Os estudos já contratados deverão ser concluídos e apresentados aos respectivos Estados até dezembro. A partir daí, inicia-se outro filtro: cada governo estadual deverá acatar ou não as sugestões dos estudos, promover con-

sultas públicas e, então, lançar os editais. A expectativa das companhias interessadas nos ativos é baixa, ao menos para 2018.

Os sete Estados já com estudos contratados são Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Pará, Pernambuco e Sergipe. Roraima, Rondônia e Rio de Janeiro ainda estão em fase de contratação. Os demais Estados "não manifestaram interesse firme em aderir", relatou o BNDES.

A expectativa das companhias interessadas nos ativos é baixa, ao menos para 2018. Ainda assim, os projetos poderão ser retomados em 2019, avaliam os executivos.

Os sete Estados já com estudos contratados são Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Pará, Pernambuco e Sergipe. Roraima, Rondônia e Rio de Janeiro ainda estão em fase de contratação.

Os demais Estados "não manifestaram interesse firme em aderir", relatou o BNDES.

(Com informações da Folha de SP)